


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**3ª VARA CÍVEL**
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**
**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1009809-55.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral**  
 Requerente: **Marinete Silva Nepomuceno - Me E/ou Marinete Teixeira da Silva Tintas Me**  
 Requerido: **Zurich Santander Brasil Seguros S/A**

Justiça Gratuita

 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Letícia Lemos Rossi**

Vistos.

**MARINETE SILVA NEPOMUCENO – ME** propôs ação de cobrança de seguro empresarial cumulada com pedido de danos morais contra **ZURICH SANTANDER BRASIL SEGUROS S/A**, aduzindo que sofreu um incêndio em seu estabelecimento comercial e que teve negada a cobertura securitária. Requer, portanto, a indenização pelos danos materiais experimentados bem como a compensação pelo prejuízo moral.

Houve emenda à inicial.

A decisão de fls. 54 deferiu à autora os benefícios da gratuidade processual.

A parte requerida contestou a ação alegando, preliminarmente, falta de interesse de agir e impossibilidade de concessão do benefício da gratuidade de justiça à autora. No mérito, sustentou que houve ressarcimento do prejuízo havido com a destruição dos equipamentos e mercadorias e que apurados os danos com a estrutura do imóvel (R\$ 36.636,58) não foi possível o efetivo pagamento, em razão da não apresentação da declaração de autorização do proprietário considerando que o imóvel é alugado. Impugna os valores pleiteados pela autora.

Houve réplica.

**É o relatório.**
**Fundamento e decido.**

Tratando-se de questão unicamente de direito e estando os autos suficientemente instruídos com documentos, cabível o julgamento antecipado do feito na forma do artigo 355, I, do Código de Processo Civil.

Prevalece a presunção de veracidade da declaração de insuficiência de recursos, que não foi infirmada por qualquer elemento probatório, pois não se pode afirmar que a autora possua meios de atender às despesas da lide após o incêndio que destruiu seu estabelecimento comercial.

Ressalta-se, ainda, que caso a requerida seja vencedora da causa poderá promover a futura execução das verbas processual provando a possibilidade de pagamento por parte da



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**3ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

requerente.

Já o interesse de agir está presente na medida em que o processo é útil e necessário para atingir à finalidade desejada pela autora, que pleiteia quantia superior àquela que a requerida afirma que ter pago.

Com esse argumentos, afastos as preliminares aduzidas e passo à análise do mérito.

A parte autora requer o pagamento de R\$ 311.322,30 por danos causados ao prédio pelo incêndio e R\$ 274.685,72 pelo prejuízo com a perda de mercadorias e equipamentos.

Por sua vez, a parte requerida sustenta ter efetuado o pagamento de R\$ 245.778,62 pelo prejuízo dos equipamentos, descontado o valor de R\$ 27.468,57, referente à franquia obrigatória e às parcelas pendentes do prêmio. Sobre a indenização do dano à estrutura do prédio, afirma que foi apurado o valor de R\$ 36.636,58 pelo prejuízo e, em razão do imóvel ser alugado, o pagamento dependeria de autorização do proprietário, o que não foi providenciado pela autora.

No que toca à indenização pelos danos do prédio, a autora pleiteia o valor de R\$ 311.322,30, mas não apresenta nenhuma prova que evidencie ser esse o seu prejuízo efetivo. Sobre a questão, ressalta-se que compete à autora demonstrar o dano que sofreu, na medida em que o Código de Processo Civil já prevê que o ônus da prova incumbe ao autor quanto ao fato constitutivo do seu direito, e ao réu quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.

Ora, se é possível à autora apurar o valor do dano deve demonstrar nos autos como chegou a tal quantia, pois a inversão do ônus da prova, nos termos do artigo 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor, só ocorre em caso de hipossuficiência probatória, quando há dificuldade da parte em comprovar sua alegação.

A apuração da requerida foi comunicada à autora através do e-mail de fls. 21 e, discordando do valor apresentado, a requerente deveria demonstrar nos autos, através de orçamentos e cotações, os custos para o adequado reparo do prédio, pois possuía elementos para tanto.

Na ausência de substrato probatório que sustente o valor perseguido pela autora, não há outra solução a não ser acatar o valor fixado pela seguradora, uma vez que a autora não se desincumbiu do ônus de demonstrar o fato constitutivo do seu direito.

Ressalta-se que não há qualquer prova nos autos de que o imóvel fosse locado, o que assegura à autora o direito a esse pagamento sem qualquer óbice. Ainda que haja a locação, tal fato é irrelevante para efeito de pagamento da indenização, pois a autora responderia perante o proprietário pelo dano do imóvel.

Quanto ao prejuízo pela perda das mercadorias e equipamentos, as partes concordam com o valor da indenização, qual seja, R\$ 274.685,72.

Entretanto, a seguradora ré afirma que já efetuou o pagamento por meio de depósito em conta corrente de titularidade da autora. Como já dito antes, é do réu o ônus de demonstrar fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. Nesse particular, a



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**3ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

simples alegação de pagamento, bem como a apresentação de relatório elaborado unilateralmente, não é suficiente para demonstrar o adimplemento da obrigação contratual.

Caberia à seguradora apresentar o extrato da transferência ou qualquer outro documento idôneo para comprovar que a indenização foi, de fato, entregue ao segurado, como não o fez, é o caso de acolher o pedido da autora também nesse ponto.

Importante observar, ainda, que o contrato firmado pelas partes prevê uma franquia a ser paga pelo segurado em caso de sinistro, sendo de rigor o abatimento da franquia no percentual de 10% sobre o prejuízo, conforme previsão de fls. 114.

Sobre o dano material incide correção monetária a partir da data do sinistro (24/12/2016 – fls. 17), tendo em vista que a correção monetária cuida de mera adequação do valor da moeda à realidade inflacionária, com juros de mora desde a data da citação, nos termos dos artigos 240 do Código de Processo Civil e 405 do Código Civil.

Por fim, os danos morais não se verificam na hipótese.

Para que se justifique a indenização decorrente de dano moral não basta a mera ocorrência de ilícito a provocar na vítima um sofrimento indevido, sendo necessário que tal mal-estar seja de significativa magnitude, sob pena de banalização do instituto.

No caso, o dano moral não é *in re ipsa* ou seja, fruto de ato ilícito que viola diretamente direito de personalidade, no qual há presunção de abalo.

Trata-se de hipótese que exige da parte autora a prova de que a situação vivenciada lhe causou transtornos extraordinários, decorrente do tempo alongado na demora do pagamento da indenização, sem a qual não há que se falar em compensação por prejuízo moral, configurando-se mero dissabor.

Nesse sentido, é entendimento assente na jurisprudência do Colendo Superior Tribunal de Justiça que: "*o mero dissabor não pode ser alçado ao patamar do dano moral, mas somente aquela agressão que exacerba a naturalidade dos fatos da vida, causando fundadas aflições ou angústias no espírito de quem ela se dirige*" (REsp nº 403.919/MG, Quarta Turma, Relator o Senhor Ministro Cesar Asfor Rocha, DJ de 04/8/03).

Assim, os aborrecimentos, a irritação e mesmo a frustração da autora podem até ter sucedido, mas não são suficientes para gerar o direito à indenização por danos morais, deles não advindo, ademais, nenhuma outra consequência concreta que fosse prejudicial à autora, sendo a hipótese de inadimplemento contratual. No mesmo sentido é, mais uma vez, o entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça: "*O simples inadimplemento contratual, em regra, não configura dano indenizável, devendo haver consequências fáticas capazes de ensejar o sofrimento psicológico*" (AgInt no AREsp nº 1.020.223/AM, Quarta Turma, Rel. Min. Maria Isabel Gallotti, DJe 23/11/2017).

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação, com fundamento no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, para **CONDENAR** ZURICH SANTANDER BRASIL SEGUROS S/A a pagar à autora indenização por dano material no valor total de R\$ 311.322,30, sendo R\$ 36.636,58 pelo prejuízo do prédio e R\$ 274.685,72 pela perda de

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****3ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

equipamentos e mercadorias. Sobre o valor da indenização deverá ser descontado o equivalente a 10% a título de franquia obrigatória.

Incidem juros de mora de 1% ao mês desde a citação e correção monetária pela Tabela Prática do TJSP, a partir da data do sinistro (24/12/2016).

Condeno as partes a ratearem custas e despesas processuais. A parte requerida pagará honorários de 10% sobre o valor da condenação, enquanto que a parte autora deve pagar honorários fixados em R\$ 5.000,00, na forma dos parágrafos 2º e 8º do artigo 85 do Código de Processo Civil, respectivamente, suspensa a exigibilidade quanto à parte autora por ser beneficiária da justiça gratuita (art. 98, §3º, do CPC).

Publique-se. Intime-se.

São Carlos, 7 de dezembro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**